



KINIKINAU: DINÂMICA TERRITORIAL NOS PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO E R-EXISTÊNCIAS

João Evaldo Ghizoni Dieterich ¹

RESUMO

Considerados como extintos entre as décadas de 1920 até meados de 1990, por órgãos oficiais do Estado brasileiro, os Kinikinau vêm se organizando para reconquistar seus direitos enquanto grupo étnico. Nas últimas décadas, após sua desinvisibilização, recuperaram direitos garantidos por lei, os quais não eram disponibilizados anteriormente, como o caso da alfabetização em língua materna. Porém, seu principal objetivo é a conquista do território tradicional. A partir de sua desinvisibilização, começam a buscar por seus direitos civis e étnicos garantidos pela Constituição de 1988. Não recebem a devida atenção dos órgãos federais, segundo os mesmos, por serem uma pequena etnia recentemente “redescoberta”, onde existiam etnias com um maior contingente populacional e com processos mais adiantados de demarcação de terras.

Palavras-chave: Desinvisibilização, Território Tradicional, Direitos Indígenas, Luta pelos Direitos, Resistência.

RESUMEN

Considerados extintos entre los años 20 y mediados de los 90 por los organismos oficiales del Estado brasileño, los Kinikinau se han estado organizando para recuperar sus derechos como grupo étnico. En las últimas décadas, luego de su de-visibility, recuperaron derechos garantizados por la ley, que antes no estaban disponibles, como es el caso de la alfabetización en la lengua materna. Sin embargo, su principal objetivo es la conquista del territorio tradicional. Luego de invisibilizarse, comenzaron a buscar sus derechos civiles y étnicos garantizados por la Constitución de 1988. Población contingente y con procesos de demarcación territorial más avanzados.

Palabras clave: Desinvisibilidad, Territorio Tradicional, Derechos Indígenas, Lucha por los Derechos, Resistencia.

INTRODUÇÃO

Considerados como extintos entre as décadas de 1920 até meados de 1990, por órgãos oficiais do Estado brasileiro, os Kinikinau vêm se organizando para reconquistar seus direitos enquanto grupo étnico. Nas últimas décadas, após sua desinvisibilização,

¹ Doutorando do Curso de Pós-Graduação em Geografia, da Faculdade de Ciências Humanas, da Universidade Federal da Grande Dourados- UFGD, joaoevaldo2009@hotmail.com;



recuperaram direitos garantidos por lei, os quais não eram disponibilizados anteriormente, como o caso da alfabetização em língua materna. Porém, seu principal objetivo é a conquista do território tradicional, este sendo considerado a localidade de Agaxi, que, segundo Flores (2010), teria a Fazenda Paraíso como um ponto referencial, ficando próximo à entrada da aldeia Bananal ao lado direito da BR-262, no sentido das cidades de Aquidauana-MS para Miranda-MS.

Em entrevistas realizadas com os membros da etnia em trabalhos anteriores e para este, foi-nos expressado que a reconquista do território tradicional garantiria a perpetuação de sua etnia e a sobrevivência das futuras gerações. Portanto o território aqui expresso pelos entrevistados é considerado, na noção de sustentáculo da vida e da cultura, como forma de garantir a existência étnica historicamente construída pelo grupo em questão.

METODOLOGIA

Metodologicamente, trabalhamos durante o tempo de desenvolvimento da pesquisa realizando entrevistas com alguns integrantes da etnia, lideranças, anciões, além da participação na primeira assembleia que os mesmos realizaram no mês de novembro de 2014 na cidade de Nioaque – MS. As entrevistas foram baseadas em conversas livres com os participantes, onde os questionamentos foram voltados ao objetivo desta pesquisa, desta forma, utilizamos um diálogo aberto, sem a restrição que as perguntas fechadas por vezes causam.

Os indivíduos foram entrevistados, nos assentamentos Mãe Terra, no município de Miranda e no assentamento Taquara, no município de Nioaque, no período de abril a novembro de 2014, sendo realizadas cerca de dez entrevistas nesse período com indivíduos da etnia e lideranças Terena que os acolheram.

REFERENCIAL TEÓRICO

O trabalho que desenvolvemos é fruto de um árduo trabalho de pesquisa, já que por terem sido considerados extintos, não encontramos faturas de documentos e trabalhos realizados sobre os mesmos.



Desde o final dos anos de 1970, as etnias indígenas como os Terena e os Guarani têm se organizado e buscado com afincos seus direitos, principalmente no estado de Mato Grosso do Sul. No cenário nacional, figuram grupos importantes em números populacionais em busca de seus direitos, além de ações que chamaram a atenção da população de forma geral, as chamadas *retomadas*, que compreendem a ação de retomar o território que é de direito dos mesmos e que eles entendem estarem sendo ocupados indevidamente pelos “brancos”.

Dentro deste processo de luta para o retorno ao seu território tradicional figura este pequeno grupo, que há cerca de duas décadas era considerado extinto pelo Estado nacional, e que busca atualmente, em consonância com os Terena e Guarani, o cumprimento de seus direitos garantidos por Lei.

Descrevemos, assim, sua trajetória espacial e social, compreendendo processos de interação do grupo com os demais povos, bem como, o impacto que a Guerra da Tríplice Aliança causou sobre o grupo, que os expulsou de seus territórios deixando-os como vagantes, desterritorializados e o processo de resistência e manutenção da identidade étnica.

Abordamos a importância do território para as populações, principalmente para as etnias indígenas, que embrincam neste uma importância e significado totalmente diferenciados. Os indígenas Kinikinau, independentemente do lugar, desenvolvem nessas suas práticas diárias e ritualísticas, num reterritorializar-se sobre o território tradicional de outras etnias.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os Kinikinau buscam manter sua identidade como forma de lutar por seus direitos e “reconquistar” seu território tradicional. Conforme destacado por Cunha (1987), os grupos étnicos podem ser considerados como formas de organização política, algo que não se faz novo e pode servir de base para a análise do processo de “reconquista”.

Todos esses dados levaram à redescoberta do que Max Weber havia escrito há bastante tempo: de que as comunidades étnicas poderiam ser formas de organizações eficientes para a resistência ou conquista de espaços, em suma que eram formas de organização política” (CUNHA, 1987, p. 99).



A organização política Kinikinau começa a ser estruturada através da primeira assembleia organizada pela etnia, realizada entre os dias 06 e 09 de novembro de 2014. No evento, eles trocaram experiências com lideranças de outras etnias que já se encontravam politicamente organizadas; discutiram as próximas ações que seriam tomadas em relação ao encaminhamento que a etnia iria realizar, além, da organização do primeiro conselho de representantes, algo instituído oficialmente em documento, assinado pelos participantes, onde o conselho passa a representar publicamente e politicamente todos os participantes do grupo. No documento assinado, foi discriminado que as decisões adotadas pelo conselho são a expressão da vontade de todos os indivíduos da etnia, já que os representantes estão participando de todas as discussões estabelecidas pelo grupo.

A partir do momento em que se organizam politicamente, esses passam a configurar um cenário que para as etnias indígenas se faz mais importante a cada dia, pois agora, com o conselho de representantes, eles passam a integrar a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), ajudando a organizar e buscar, além da manutenção, o cumprimento dos direitos dos indígenas. Ao integrar a Apib passam a figurar dentro do cenário nacional da luta indígena, obtendo mais força e apoio para a sua causa.

Cunha traz uma importante análise da estruturação que a cultura passa em momentos de diáspora ou intenso contato. A cultura original de um grupo étnico, na diáspora ou em situações de intenso contato, não se perde ou se funde simplesmente, mas adquire uma nova função, essencial e que se acresce às outras, enquanto se torna *cultura de contraste*: este novo princípio que a subtende, a dos contrastes, determina vários processos. A cultura tende ao mesmo tempo a se acentuar, tornando-se mais visível, e a se simplificar e enrijecer, reduzindo-se a um número menor de traços que se tornam diacríticos” (1987, p. 99).

A função da cultura, neste caso, passa a ser a garantia de sobrevivência das diversas características étnicas que perfazem a mesma; apesar de assimilar características da demais culturas, esses mantem diferenças que são ativadas gerando os fronteiramentos que os diferenciam dos “Outros”.

Ou seja, ao estabelecer uma territorialidade fluida no território de outra etnia, podem conviver com seus hábitos e costumes, levá-los inclusive ao dia a dia. Adotar sua língua enquanto dominante para expressar sentimentos, adotar seu modelo de vida. Mas continuam diferentes; com suas próprias práticas culturais, que podem se



assemelhar com a sua, porém, em determinado ponto, elas vão diferir e vou fazer questão de ressaltar isso.

Assim acontece com a língua e práticas culturais entre os Kinikinau e os Terena: a maioria dos Kinikinau são bilíngues, falantes do Kinikinau para a comunicação no interior da família, e do Terena, para o contato direto com a etnia, que cede um território físico em variadas aldeias, para o desenvolvimento da territorialidade Kinikinau.

Perante esta análise da cultura em diáspora, Cunha chega à seguinte conclusão: “Esse é um processo recorrente na afirmação étnica: a seleção de alguns símbolos que garantem, diante das perdas culturais, a continuidade e a singularidade do grupo. (1987, p. 116)”. Ou seja, os fronteiramentos ocorrem em diferentes formas e graus. Como continua Cunha:

Em suma, traços culturais poderão variar no tempo e no espaço, como de fato variam, sem que isso afete a identidade do grupo. Essa perspectiva está, assim, em consonância com a que percebe a cultura como algo essencialmente dinâmico e perpetuamente reelaborado. A cultura, portanto, em vez de ser o pressuposto de um grupo étnico, é de certa maneira produto deste.” (Ibid., p. 116).

Da mesma forma como Hall defende que a identidade não é algo estático, mas sim, construído devendo ser chamada, segundo ele, de identificação, por seu contínuo processo de construção. Cunha (1987) considera que a Cultura formadora e ao mesmo tempo produto desta identidade também é algo constantemente construído com o intuito de adaptação da etnia. Desta forma, o fato considerado por alguns de que a cultura é perdida, resultando que estes grupos aderem ou buscam aspectos culturais de outras etnias com as quais convivem, como no caso Kinikinau é a dança do bate pau, que na atualidade é semelhante à dos Terena. Cunha assim defende esta noção e a continuidade identitária de tais grupos.

Origem e tradições são, portanto, o modo como se concebem os grupos: em relação ao único critério de identidade étnica, o de serem ou não identificados e se identificarem como tais, origem e trações são, porém, elaborações ideológicas, que podem ser verdadeiras ou falsas, sem que com isso se altere o fundamento da identidade étnica. (Ibid., p. 117).



Uma das estratégias de resistência foi a reafirmação de traços identitários que estavam quase perdidos; além da língua, também houve o “ressurgimento” da produção do artesanato tradicional.

Aspecto esse trabalhado pela professora Mestre Aila Villela Bolzan, em sua dissertação de Mestrado, intitulada OS KINIKINAU DE MATO GROSSO DO SUL - A existência de um povo indígena que resiste.

Apenas uma das anciãs ainda possuía tal prática artesanal. As mulheres organizaram-se e, através das técnicas passadas por ela, passaram a fazer artesanato como uma das formas de sobrevivência, construindo inclusive uma associação de mulheres Kinikinau para organizar e administrar a produção e venda das peças produzidas pelas mesmas.

Todas as características usadas para o fortalecimento da identidade vêm da memória coletiva que os indivíduos pertencentes à etnia possuem. Pois, como Halbwachs diz, “Uma memória só existe quando é adquirida por um grupo/sociedade e que este grupo viva essa memória passando, para os demais esta memória conservada por eles” (2004, p. 94). Este fato é realidade dentro da perspectiva Kinikinau, pois todo o histórico/história apresentado na fala dos Kinikinau se assemelham, demonstrando uma memória única entre todo o grupo.

Porém essa memória foi negada aos indígenas Kinikinau pelo Estado durante o período em que se encontraram “dissolvidos”, em um processo, descrito por Silva, Santos et al., onde para se ter o controle e dominação social do grupo, a memória oficial renega a memória destes:

[...] no contexto da dominação social, há memórias proibidas, clandestinas, marginalizadas, subterrâneas, cuja sobrevivência é ameaçada pela memória oficial, a qual busca silenciar as lembranças dos grupos socialmente dominados, relegando-as ao esquecimento. (2014, p. 17)

Para tanto, os Kinikinau se consideram como povo resistente, mantiveram suas memórias, identidade, língua e demais aspectos mesmo durante esse processo de “dominação” do grupo pelo Estado.

A memória foi passada, apesar desse processo descrito, às futuras gerações em um processo descrito por Halbwachs: “Os fatos passados são nos passados graças a memórias de nossos antepassados que contam estas e forma em nós memórias adquiridas neles sobre memória em que não vivemos” (2004, p. 110). É o que constrói o



pertencimento das seguidas gerações Kinikinau a sua Identidade, que tem influenciado os jovens, que não participaram desta memória, a lutar agora pelos direitos negados historicamente pelo Estado a sua etnia. Os idosos da etnia representam a memória viva para embasar e orientar a luta pela sobrevivência e conquista de direitos que os jovens vêm travando nas últimas décadas, primeiro para o reconhecimento dos Kinikinau como uma etnia viva e em seguida para conquistar o direito a seu território tradicional. Num processo descrito por Halbwachs.

Por mais que as memórias sejam coletivas de uma certa forma ela é particular ao indivíduo, pois a forma como ele viu esta é particular a ele (ou seja, ninguém viu igual a ele), porém esta memória particular só vai possuir sentido quando compartilhada em grupo, ou seja, quando houver a junção de (um monte) todas as memórias individuais em uma única memória comum a todos os membros do grupo (sociedade). (2004, p. 44)

A junção da memória dos fatos/acontecimentos históricos aos quais os mais velhos presenciaram serão a memória coletiva de todo o grupo Kinikinau, a memória é passada às novas gerações através da oralidade.

No caso em questão, a oralidade serve de fonte de conhecimento sobre toda a história que os Kinikinau sabem sobre seus antepassados, sobre sua origem, sua trajetória e todo o deslocamento que passaram até chegarem ao momento atual e ao território em que estão habitando hoje.

Como afirma Amado e Ferreira: “As tradições indígenas tornam o lugar fundamental para a compreensão do passado, e mapeiam os eventos ao longe de montanhas, trilhas e rios que ligam territórios” (2005, p.162), o que compreende a sua cosmografia, através da qual poderemos verificar e entender a visão de identidade que possuem, identidade que recai sobre o seu processo de desterritorialização e territorialidade, dentro de todo o processo histórico.

Segundo Paul Little: “A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele”. (2002, p. 04)

Portanto, embasado nas reflexões de Haesbaert, os Kinikinau em toda a sua trajetória desde a sua partida do Chaco até a sua atual habitação em terras Kadiwéu passaram por várias fases de desterritorialização/territorializante, onde perdiam seu território e, por mais importante que fosse para eles, acabavam por encontrar um novo



que permitia uma nova territorialização e reconstrução de todo o seu status sociocultural.

Desta forma, o retorno ao território tradicional significa para os Kinikinau o retorno a um modo de vida e a uma significação da mesma que não somos capazes de mensurar. O território para tais comunidades passa a ser “componente essencial para a realização da vida social”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de des-re-territorialização vividos pelos Kinikinau podem ser identificados em toda sua trajetória desde os primeiros registros colonizadores no século XVI.

Através de seu processo de errância ainda que forçada, em decorrência de todo o processo até aqui descrito, os Kinikinau souberam fazer uso da mesma para construir um sentimento de resistência contra toda a violência do Estado, permanecendo assim Kinikinau.

Através de sua errância elencaram processos que levaram ao desenvolvimento de uma territorialidade fluida, estabelecendo suas práticas e identificações independente do lugar e da condição. Em relação a estes termos, poderia ser de forma oculta, não falando abertamente sobre a sua identidade, porém esta era nutrida dentro de seus lares.

Esta errância, conforme afirma Maffesoli (2001), é que vai gerar a “revolta” que se encontram os componentes do grupo hoje, “revolta” que corresponde ao processo que está se estabelecendo através da reorganização do grupo para a busca por seus direitos, como forma de reestabelecer a base sócioterritorial.

Ao fomentar o próprio controle, o Estado fomenta também maneiras de resistência. Ao conferir a esta população um reconhecimento oficial, este mesmo ato confere aos Kinikinau a afirmação no interior do Estado para se desenvolverem enquanto povo.

Com o reconhecimento oficial da etnia, continuam lutando pelo fortalecimento da luta pelo território, pois no atual cenário em que se encontram é de extrema necessidade um território real onde possam desenvolver-se e garantir todos os aspectos pertinentes à etnia para o desenvolvimento das futuras gerações.



Após décadas de invisibilidade para a população em geral, causada pela errônea constatação dos órgãos federais responsáveis por seus indivíduos, que afirmavam documentalmente a “extinção” da sua etnia, os Kinikinau se “desinvisibilizam”, demonstrando a toda a população e órgãos federais que ainda são uma etnia viva, provando ser uma etnia resistente, como gostam de se afirmar.

A partir de tal “desinvisibilização”, começam a buscar por seus direitos civis e étnicos garantidos pela Constituição de 1988. Não recebem a devida atenção dos órgãos federais, segundo os mesmos, por serem uma pequena etnia recentemente “redescoberta”, onde existiam etnias com um maior contingente populacional e com processos mais adiantados de demarcação de terras.

A partir de tal consideração oficial, começaram a organizar-se por conta própria com o auxílio das etnias próximas, principalmente dos Terena, que se faz a etnia com maior proximidade histórica com os mesmos. Dessa organização realiza-se a primeira assembleia Kinikinau, onde apresentam o início de uma participação política, devido a formação do conselho representativo, o que leva a etnia a ter uma maior e melhor representatividade no cenário nacional.

Perante a negativa de sua existência pelo Governo Federal os Kinikinau desenvolvem o aspecto que Haesbaert (2010, p.92) discute e aqui é apresentado:

A exclusão social que tende a dissolver os laços territoriais acaba em vários momentos tendo o efeito contrário: as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade.

Isto é evidenciado na vivência Kinikinau, em relação à unificação que os indivíduos da etnia vêm desenvolvendo, como demonstrado no mês de novembro com a organização e realização da primeira assembleia que foi constituída em parceria com CIMI e FUNAI, porém por iniciativa do grupo.

Nesta, conforme já citado, foi organizado o conselho de representação, eleito pelos mesmos, de forma livre e organizada, em comum acordo, passando o conselho deliberar pelos principais interesses da etnia representando a todos.

Desta forma, a aglutinação ocorreu em torno da identidade que une a todos e para a manutenção e busca pelos interesses do grupo; estes se aglutinam para o fortalecimento de sua identidade e para gerar uma melhor representatividade e uma



maior expressão de forças para a sociedade envolvente e para a alçada governamental, através de seus órgãos.

O território próprio, significa a criação de um efetivo poder sobre a sua reprodução enquanto grupo social e também em relação ao número de indivíduos. Esse poder, para Haesbaert (Ibid., p. 97), é “sempre multiescalar e multidimensional, material e imaterial, de “dominação” e “apropriação” ao mesmo tempo”. Desta forma, os Kinikinau estabelecem um poder e um fortalecimento a sua luta, a partir do momento em que engendram uma maior aglutinação do grupo em torno de uma ideologia que é a busca de seus direitos, sendo o principal requerimento a retomada de seu território tradicional.

REFERÊNCIAS

- AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro. Editora FGV. 7ª ed. 2005.
- BARTH, F. Grupos Étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J., **Teorias da etnicidade**, SP: Ed. UNESP, 1997. 250 p.
- AZANHA, G. **As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul**. Revista de Estudos e Pesquisas, FUNAI, Brasília, v.2, n.1, 2006. pp. 61-111.
- AZARA, Felix. **Voyages Dans l’Amerique Meridionale Depuis 1781 Jusqu’em 1801**. Paris: Ed. C. A Walckenaer, 1809.
- CARVALHO, T.R. **O Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira e o Mato Grosso do Sul**: discursos e desdobramento da fronteira política governamental na fronteira. (Dissertação de Mestrado) UFGD. Dourados. Mato Grosso do Sul. 2010. 289 p.
- CASTRO, I. Q. de. **De Chané-Guaná a Kinikinau**: da construção da etnia ao embate ente o desaparecimento e a persistência. (Tese de Doutorado). Unicamp. Campinas. São Paulo. 2011. 243 p.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. “Etnicidade: da cultura residual, mas irreduzível”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Antropologia do Brasil**: mito, história, etnicidade. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 97-108.
- FERREIRINHA, I.M.N.; RAITZ, T.R. **As Relações de Poder em Michel Foucault**: reflexões teóricas. In: Revista de Administração Pública. Nº 44(2). 2010. p. 367-383.



FLORES, G. R. **A História e Trajetória do Povo Kinikinau. Xeti koinukunoen yoko yonoku.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso Normal Médio Indígena Povos do Pantanal. 2010. 15 p.

GILLES D.; GUATTARI F. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia.** São Paulo. Editora 34. Vol. 05. 1997.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: RJ. Bertrand Brasil. 2004. 400 p.

HAESBAERT, R. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade.** In: Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo. 2005.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** Trad. Laís Teles Benoir. São Paulo. SP. Centauro. 2004.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Trad. Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP & A. 7ª ed. 2003.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11ª ed. DP&A. Rio de Janeiro. 2006.

JESUS, N.T.de. **Kohicoti-Kipáe, a Dança da Ema** – memória, resistência e cotidiano Terena. (Dissertação de Mestrado). UNB. Brasília. 2007. 132 p.

LADEIRA, M. E. M. **Língua e História: análise sociolinguística em um grupo Terena.** Tese (doutorado). USP, 2001. 166 p.

LADEIRA, M.E.;BITTENCOURT,C.M. **A História do Povo Terena.** Brasília. MEC. 2000. 156p.

MAFFESOLI, M. **Sobre o nomadismo: vagabundagens pós-modernas.** Trad. Marcos de Castro. Rio de Janeiro. Record. 2001.

MASSEY, D. B. **Pelo Espaço: Uma Nova Política da Espacialidade.** Trad. Hilda Pareto Maciel; Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 312 p.

PORTELLI, A. **Forma e Significado na História Oral.** A pesquisa como um experimento em igualdade. Projeto História, PUC, São Paulo, nº. 14. 1997. p. 1-279.

Povos Indígenas no Brasil. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kinikinau>> Acesso em: 10 de outubro de 2012.

SILVA, V. C. **Missão, aldeamento e cidade: os Guaná entre os Albuquerque e Cuiabá (1819-1901).** Dissertação (Pós Graduação) Universidade Federal de Mato Grosso, 2001. 162 p.



SILVA, G. J. da; SOUZA, J. L. de. **O despertar da Fênix**: a educação escolar como espaço de afirmação da identidade étnica Kinikinau em Mato Grosso do Sul. Sociedade e Cultura. Vol. 6, n. 2, p. 2003. 199-208.

SOUZA, I. **Koenukunoe Emo'u**: a língua dos índios Kinikinau. Tese (doutorado). UNICAMP, 2008. 196 p.

VIRILIO, P.; LOTRINGER, S. **Guerra pura**: a militarização do cotidiano. Trad. Elza Miné e Laymert Garcia dos Santos. São Paulo. Brasiliense. 1984.